



Anais da Assembléia

N. 150

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 035.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1.987
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira e Pedro Tonelli (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 102/87, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 370/87 constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n° 94/87, em conformidade com o que dispõe o Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Prefência de Discussão e Votação, para o Projeto de Lei n° 331/87, em conformidade com o que dispõe o Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 258/87, de sua autoria, que dispõe sobre a mudança do nome da Estrada do Boiadeiro.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a remessa do Projeto de Lei n° 102/87 às Comissões competentes, para que se ma-

nifestem através de parecer às emendas de 2.^a Discussão ao mesmo apresentadas, em conformidade com o que dispõe o § 2º, do Art. 146 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto congratulatório à 1.^a Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, no transcurso do 32º aniversário, de excelente trabalho realizado em prol da divulgação dos princípios evangélicos.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento se dê ciência da decisão da Casa à referida Igreja, na pessoa do Reverendo Eduardo Zdrojewski, grande líder espiritual e vice-Presidente Nacional da Obra, que ao longo dos anos vem desenvolvendo um brilhante ministério a serviço da comunidade cristã.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações à Universidade de Londrina, que neste dia 03 de dezembro comemora o vigésimo aniversário de implantação do curso de medicina.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Londrina é o segundo maior centro do Paraná devido ao espaço que conquistou com trabalho de seu povo e com a dignidade de uma metrópole que busca incansavelmente a sua ascensão de forma humana, justa e racional.

O curso de Medicina foi, há 20 anos, objeto de discussões e oposições mas, graças ao entusiasmo e esforço da população e, em especial da intelectualidade londrinense hoje se destaca a nível de Estado. Vale registrar que o vigésimo aniversário de implantação do curso é comemorado com uma palestra sobre medicina alternativa, opção de cura mais barata, e igualmente eficaz para o povo brasileiro, que se depara, freqüentemente, com aumentos nos preços dos remédios, tornando-os inacessíveis à classe média.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário seja enviado expediente a Diretoria do BANESTADO, na pessoa de seu Presidente, Senhor João Carlos Finardi, Ag. Guarapuava, que se procederá dia 04 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao Senhor Prefeito Municipal de Marialva, bem como ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: parabenizando o referido Município, pela passagem de seus 35 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu Magnífico Reitor, Professor Riad Salamuni, manifestando os nossos votos de congratulações pela passagem dos 75 anos de fundação daquela honrada instituição de ensino superior de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná está comemorando os 75 anos de sua fundação, e nada mais justo do que prestarmos a nossa homenagem a esta honrada instituição de ensino superior de nosso Estado, que como pioneira em nosso País, tem ao longo do anos prestado um inestimável serviço para a formação de homens que foram, e daqueles que ainda no presente serão as grandes expressões culturais, científicas e políticas de nosso Estado e de nosso País.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer Voto de Congratulações pela Emancipação dos municípios relacionados.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o registro na Ata dos Trabalhos de voto de congratulações aos Municípios abaixo relacionados, pelo transcurso do aniversário de emancipação política e administrativa nas datas citadas.

Requer, ainda, que se dê ciência aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo

da homenagem:

(a) JOSÉ FELINTO

1. BARRAÇÃO	14.12.52
2. CHOPINZINHO	14.12.55
3. CORONEL VIVIDA	14.12.55
4. ENÉAS MARQUES	14.12.64
5. FRANCISCO BELTRÃO	15.12.52
6. ITAPEJARA DO OESTE	14.12.64
7. PALMAS	18.12.1896
8. PATO BRANCO	14.12.52
9. QUEDAS DO IGUAÇU	15.12.68
10. SALGADO FILHO	14.12.64
11. SALTO DO LONTRA	13.12.64
12. VERÊ	26.10.63

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Sudoeste do Paraná é região que, por suas características de colonização recente, exigiu medidas governamentais para acomodar os interesses políticos econômicos e sociais dos pioneiros.

O crescimento das comunidades foi rápido e decisivo, amparado pela atividade agrícola e pecuária, expressivas para a economia paranaense.

Sucedendo às emancipações de Francisco Beltrão, Pato Branco e Barracão, pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, foram diplomadas as dos demais Municípios relacionados, em períodos breves, coroando reivindicações, estudos e deliberações favoráveis. Certamente que nessa rápida exposição não incluímos o Município de Palmas, da mais velha tradição social paranaense, cuja emancipação se deu ainda no século passado - a 18 de dezembro de 1896; consignando-se o pedido, igualmente, em favor do Município de Verê, beneficiando com o Ato, em junho de 1963.

A homenagem que se propõe aos Municípios relacionados neste requerimento alcança o respeito que se deve ao Sudoeste do Paraná, através do justo reconhecimento de sua notável participação na economia, na política e nos eventos sociais de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam consignados votos de louvor ao Presidente da EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, ilustríssimo Senhor João Dória Júnior, pelo dinamismo dos serviços prestados ao turismo Brasileiro e principalmente ao Estado do Paraná, à frente desta instituição.

Outrossim, requeiro que seja oficiado ao mesmo, pelo endereço: Rua Marins de Barros, 13 - CEP: 20.270 - Rio de Janeiro - RJ.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, reivindicando que seja analisada a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICM nas operações de venda de veículos a álcool destinados aos representantes comerciais autônomos e vendedores viajantes.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Ao par de ser uma reivindicação antiga, a classe dos viajantes, até hoje, não teve o menor indício de ver discutida a sua aspiração.

O veículo, aqui, é um imprescindível instrumento de trabalho da classe. A sua utilização para o lazer é episódica. Como jamais alcançou do Governo Federal a audiência de seus reclamos, a classe apela à sensibilidade política dos Governos Estaduais, sempre, inquestionavelmente, mais sensíveis a essa espécie de reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador Álvaro Dias, solicitando isenção definitiva do ICM sobre o leite, uma vez que já é do conhecimento de todos que a última resolução neste sentido é de caráter temporário.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à OCEPAR e à FAEP.

Sala das Sessões, e 04.12.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ministro da Agricultura solicitando que gestione junto às demais autoridades competentes a abertura de crédito especial, subsidiado, às cooperativas agrícolas para construção de silos e armazéns.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa, às referidas cooperativas, através da OCEPAR.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná produz, este ano, cerca de 4

milhões de toneladas de trigo, contudo, sua capacidade armazenadora não satisfaz um terço das necessidades. Frente a esse grave problema, o Estado poderá perder boa parte da produção e o Governo, por falta de uma política agrícola racional, assistirá, novamente, a um desperdício das forças do agricultor. Urge que se estabeleça uma linha de crédito, subsidiado, para que, especialmente as cooperativas construam silos e armazéns que venham a atender as reais necessidades. E neste sentido, o poder público deve favorecer o setor privado, pois o retorno em forma de aumento de produção e de ICM, além de mais rápido, seria mais substancial.

Nota-se ainda que as cooperativas possuem pessoal técnico altamente capacitado em armazenagem que, por falta de capacidade financeira dessas entidades, têm seu potencial dispersado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando moção de apoio pela iniciativa de nomeação do Senhor José Maria Antônio, na Diretoria de Planejamento da Fundação BANESTADO de Seguridade Social - FUMBEP.

Sala das Sessões em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Senhor José Maria Antonio trabalhou no BANESTADO por mais de 25 anos, tendo-se aposentado em 1985. Durante o tempo em que esteve no Banco, trabalhou por mais de 15 anos no interior, tendo servido em diversas agências em todo território paranaense, notadamente em Assaí, onde iniciou a sua carreira, no cargo de contínuo.

Na direção geral, dirigiu diversos departamentos e, nos últimos 9 anos antes de sua aposentadoria, além de ter sido gerente geral de contabilidade do BANESTADO, exerceu cumulativamente as funções de gerente de Auditoria e de controle geral do conglomerado.

Agora, retorna à Fundação BANESTADO de Seguridade Social na condição de Diretor de Planejamento, eleito que foi pelo voto direto dos aposentados, representando para os inativos e pensionistas um novo apoio junto aquela Fundação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do documento em anexo - Carta de

São Paulo - Proclamação dos Maçons à Assembléia Nacional Constituinte e ao povo do Brasil, cujo conteúdo expressa a preocupação dos Maçons com relação aos destinos de nossa Pátria.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que 1987 foi um ano marcado pela incompreensão da parte do governo para com a agricultura, o que resultou na completa descapitalização do setor, e que a FAEP e a OCEPAR foram incansáveis na defesa e luta pelos direitos dos produtores, especialmente, desde o início de fevereiro, quando conseguiram mobilizar, em todo o Estado, mais de 500 mil pessoas para o Dia Nacional do Protesto do Campo; antes, até, as entidades classistas vinham se destacando na defesa dos interesses paranaenses, gerenciando incansavelmente, medidas emergenciais e lutando por uma política coerente para o setor, e que infelizmente, nem todos os apelos foram ouvidos por Brasília que, numa política errada, continua penalizando o meio rural; a falta de sensibilidade dos tecnocratas governamentais para com a agricultura ainda motiva inúmeras lutas que, certamente, as duas entidades estão dispostas a continuar promovendo;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa voto congratulatório à FAEP e à OCEPAR, pelo brilhantismo e heroísmo com que vêm dirigindo os trabalhos de Classe dos agricultores, que lutam, embora agonizante, para que o Paraná mantenha seu lugar de destaque na economia brasileira.

REQUER, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa às referidas entidades.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 381/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL, com sede e foro no Município de Mandirituba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) QUIÊLSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Hospitalar de Saúde Municipal que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta gratuitamente à coletividade de Mandirituba, serviços médico-hospitalar, tais como atendimento ambulatorial, serviço de pediatria em geral, enfermagem pediátrica, ambulatório pediátrico, laboratório, centro de partos, hotelaria e serviços auxiliares.

A documentação que acompanha o presente projeto de Lei por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresentamos o referido Projeto de Lei, esperando contar com o apoio e posterior aprovação pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 382/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica decretada a obrigatoriedade de contratação, tanto pela administração direta ou indireta, pelos órgãos do Governo do Estado do Paraná, de produtoras de áudio e vídeo, desde que apresentem registro de filiação ao sindicato ou associação de sua categoria.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) Lindolfo Júnior.

JUSTIFICATIVA:

As empresas produtoras de áudio e vídeo, estão devidamente capacitadas em qualidade e seus custos são inferiores aos apresentados por concorrentes de outros Estados. Tais empresas que compõem a categoria pagam impostos como qualquer outro contribuinte de nosso Estado, no entanto se vêem relegadas em seu próprio Estado quando são produzidas campanhas publicitárias patrocinadas pelos Governos Estadual e Municipal.

As empresas ligadas à propaganda e, especificamente as produtoras de áudio e vídeo, já provaram que são tão boas como quaisquer outras do País, e precisam trabalhar recebendo remuneração daqui e aqui no seu Estado gastarem o que receberam, fazendo girar o capital no Paraná, promovendo, em contrapartida, a geração de mais empregos e o conseqüente aprimoramento do profissional paranaense.

PROJETO DE LEI N° 383/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada a obrigatorie-

dade da contratação, pelos órgãos do Governo do Estado do Paraná, da administração direta ou indireta, de indústrias gráficas sediadas em nosso Estado, na impressão de peças publicitárias que envolvam verbas governamentais.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

As indústrias gráficas sediadas em nosso Estado, estão devidamente aparelhadas com máquinas impressoras de alta qualidade e precisão. Além disso, os preços cobrados por seus trabalhos são inferiores aos de empresas correlatas de outros Estados, tendo como exemplo, para o seu barateamento a isenção de tarifas de transporte.

As nossas indústrias gráficas pagam impostos aqui no Paraná, no entanto, muitas das campanhas do Governo Estadual podem estar sendo produzidas por empresas de outros Estados, quando as daqui estão devidamente capacitadas para desenvolverem o mesmo trabalho.

A remuneração governamental recebida por estas empresas poderá gerar maior desenvolvimento do parque gráfico paranaense o que obrigatoriamente, proporcionará aumento de emprego com a absorção de grande número de profissionais especializado em artes gráficas.

Por outro lado, a arrecadação de impostos será ampliada significativamente.

PROJETO DE LEI N° 384/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica decretada a obrigatoriedade de contratação, tanto pela administração direta ou indireta, pelos órgãos do Governo do Estado do Paraná, de fotógrafos profissionais, residentes e domiciliados em nosso Estado, desde que apresentem registro do sindicato ou associação de profissionais de sua categoria.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Os fotógrafos profissionais residentes e domiciliados no Paraná estão devidamente habilitados e capacitados, em equipamentos modernos e de alta precisão. Além disso, os preços cobrados por seus trabalhos são, comumente, inferiores aos de outros Estados. Esses profissionais pagam impostos como qualquer outro contribuinte e, no

entanto, via de regra, não são prestigiados em seu próprio Estado, quando da produção de peças publicitárias patrocinadas pelo Governo Estadual.

Os fotografos ligados à propaganda do Estado do Paraná precisam ser prestigiados para que promovam a geração de mais empregos diretos ou indiretos, tais como laboratoristas, produtores, modelos e maquiadores, entre outros.

PROJETO DE LEI N° 385/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica isento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias- ICM, os fabricantes de cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A isenção de ICM, aos fabricantes de cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos é uma forma de reduzir, para o consumidor, o custo de um produto que na maioria das vezes é destinado a portadores de deficiência no aparelho locomotor, tais como paraplégicos ou pessoas que, vitimadas por acidentes, adquiram a condição de invalidez temporária ou permanente. Outro fator importante a ser levado em consideração é o fato de que grande parte destes equipamentos são adquiridos à pessoas de comprovada carência sócio-econômica.

Devemos tomar por exemplo alguns Estados brasileiros que, sensibilizados com a difícil condição de vida enfrentada por estas pessoas, já adotaram a isenção do I.C.M., ou no mínimo, uma redução substancial na tributação destes produtos.

PROJETO DE LEI N° 386/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIÃO DO VEGETAL- PRÉ-NÚCLEO COSMO E DAMIÃO, com sede e foro em Brasília- DF, tendo o seu Pré-Núcleo nesta Capital.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita Beneficente União do Vegetal Pré-Núcleo Cosmo e Damião, é uma entidade autônoma, em caráter filantrópico, religioso e cultural, sem distinção de

cor, credo religioso ou nacionalidade, a fim de amparar irmãos, quando necessário, tendo como símbolo da paz e da fraternidade humana, luz, paz e amor.

Assim, sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 387/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado o Município de Ventania, com território desmembrado do Município de Tibagi, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A proposição aqui defendida vem substanciada na aspiração da população do Distrito Administrativo de Ventania em emancipar-se do Município de Tibagi e do árduo trabalho da sua população em prol do grande desenvolvimento que deve ser reconhecido como um dos mais acentuados da região.

Assim sendo, é a nossa medida vista como justa, meritória, e por tal esperamos o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

do. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 370/87. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 331/87. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Resolução nº 94/87. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 102/87. Aprovado. De conformidade com os requerimento de Preferência de Votação, acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 370/87, de autoria dos Deputados HOMERO OGUIDO e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que autorizam o Poder Executivo a permutar o imóvel especificado, pelos imóveis do Município de Londrina, desafetados pela Lei Municipal nº 4.011, de 04.11.87. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 331/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que concede o título de "Post-Mortem" de vulto emérito do Paraná, ao Doutor Odilon Mader. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 094/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área compreendida pelo atual Distrito Administrativo de Santa Luzia de Alvorada e da sede do Município de São João do Ivaí, visando a criação do Município de Godoy Moreira. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 102/87, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 51/87), objetivando introduzir modificações, conforme especifica na Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972

(LEI ORGÂNICA DO ICM). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e I.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas supressivas de Plenário, em número de 8, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 102/87

Art. ...- Fica revogado o art. 1º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. ...- Fica revogado o artigo 9º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. ... - Fica suprimido o artigo 8º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Art. ...- Fica suprimido o artigo 6º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Art. ...- Fica suprimido o artigo 5º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Art. ...- Fica suprimido o artigo 4º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Art. ... - Fica suprimido o artigo 3º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Art. ... - Fica revogado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 102/87.

Sala das Sessões, em 04.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Bran-

dão, constante do expediente, solicitando o envio do mesmo às Comissões competentes, para que se manifestem através de pareceres às emendas de 2.^a Discussão, apresentadas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 183/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que altera destinação de imóvel doado ao município e Campo Largo, e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 86, de 19.08.87).

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 08/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS DO PARANÁ - A.S.E.E.P., com sede nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** (Com anexação do Projeto de Lei n° 316/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, por tratar-se de matéria correlata). **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 188/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO EVANGÉLICO DE ASSISTÊNCIA DORCAS, em Londrina. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 317/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES GUILHERME DE ALMEIDA, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Nova Izabel do Oeste. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 319/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO, com sede e foro nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 347/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ALBERGUES DE JUVENTUDE. APRAJ, com sede nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n°

348/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA HAUER, com sede nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 349/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública, a ARCO- ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n° 001/87, oriundo do **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade, que dá nova redação ao parágrafo 5º, do artigo 123, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n° 084/87, oriundo do **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., (Mensagem n° 109/87, ex-Proposição n° 88/87), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério de Agricultura, objetivando a execução do Projeto Biomassa Energética no Estado do Paraná, e, ainda do 4º Termo Aditivo datado de 12.08.87, ao convênio de 18.10.85, celebrado entre as mesmas partes, com o objetivo de fornecer sementes e mudas selecionadas aos pequenos agricultores. **Aprovado.**

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n° 085/87, oriundo do **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., (Mensagem n° 114/87, ex-Proposição n° 93/87), que aprova Convênio de Cooperação Técnica no 31/87, celebrado em 19.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Antonina, figurando o DER como interveniente, objetivando a restauração de pavimento das ruas e avenidas do referido município. **Aprovado.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n° 320/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO BRASILEIRO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, com sede e foro nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento "Carta de São Paulo - Proclamação dos Maçons à Assembléia Nacional Constituinte e ao Povo do Brasil". **Aprovado. A**

Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo que gestione junto às demais autoridades competentes a abertura de crédito especial, subsidiado, às cooperativas agrícolas para construção de silos e armazéns. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, a fim de que se viabilize a isenção definitiva do ICM sobre o leite. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Universidade Estadual de Londrina, pela passagem do 20º aniversário de implantação do curso de Medicina no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pela passagem do 32º aniversário de seu trabalho no Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Federação da Agricultura do Estado do Paraná e à Organização das Cooperativas do Estado pelos serviços prestados à agricultura neste ano de 1987. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando arquivamento do Projeto de Lei n. 258/87, que muda o nome da Estrada do Boiadeiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Fundação da Universidade Federal do Paraná, pela passagem do 75º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 35º aniversário de fundação do Município de Marialva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do BANESTADO S/A, pela inauguração da agência no Município de Guarapua-

va. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às autoridades competentes, com moção de apoio pela nomeação do Senhor José Maria Antônio, na Diretoria de Planejamento da Fundação Banestado de Seguridade Social FUMBEP - Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Por gentileza, o teor deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) (Lê): - "O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas manifestando Moção de Apoio pela iniciativa de nomeação do Senhor José Maria Antônio na Diretoria do Planejamento da Fundação BANESTADO de Seguridade Social". Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, comunicando sua ausência do País, no período de 10 de janeiro a 10 de março do ano de 1988, por conta própria, em missão cultural, ao Oriente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Presidente da EMBRATUR, pelo dinamismo dos serviços prestados ao turismo brasileiro e principalmente ao Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, encarecendo seja analisada a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM) nas operações de venda de veículos a álcool, destinados aos representantes comerciais autônomos e vendedores viajantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a diversos Municípios, pela passagem do aniversário de emancipação política e administrativa dos mesmos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para sábado, dia 05 às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.

361/87

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 320/87 e 370/87

e do Projeto de Resolução n. 94/87

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 1987.

CARTA DE SÃO PAULO

PROCLAMAÇÃO DOS MAÇONS À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE E AO POVO DO BRASIL

Os vinte e cinco GRÃO-MESTRES das GRANDES LOJAS MAÇÓNICAS que abrangem os 23 Estados brasileiros, Distrito Federal e território de Roraima, congregando 1800 Lojas, reunidos em sua XVI ASSEMBLÉIA DA CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL, na capital do Estado de São Paulo DECLARAM:

Instaurado o regime de exceção no país, nos idos de 1960, a Maçonaria adotou firme e intransigente posição de luta contra a corrupção e na defesa da democracia, sem adjetivações.

Para tanto, através de seus dirigentes e integrantes, considerado cada momento, reivindicou e obteve do governo e do Congresso Nacional, desde a instalação do Conselho de Direitos e Defesa da Pessoa Humana: a concessão da anistia; o voto para o analfabeto; as eleições diretas em todos os níveis; a adoção do pluripartidarismo; a legalização de todos os partidos políticos; o divórcio como expressão de liberdade individual até a convocação recente da Assembléia Nacional Constituinte que quis exclusiva para a elaboração de novo pacto social, visando a harmonizar todos os segmentos da expressão nacional, dotando o país de uma CARTA CONSTITUCIONAL moderna e progressista, cujos princípios possam atender aos anseios da justiça social, do desenvolvimento econômico e do aperfeiçoamento do regime democrático no país.

Após estas conquistas, manifestou-se pela adoção do parlamentarismo, como expressão maior da realização do governo pelo povo; pela implantação da reforma agrária para solucionar os conflitos oriundos do crescimento econômico desordenado, resultante de sua não efetivação e que propiciou o crescimento geométrico da população carente; sugeriu soluções para reverter a escalada da violência urbana e rural e reivindicou autonomia financeira e administrativa plena para o Poder Judiciário, como forma de restabelecimento do sistema

federativo nacional, na conceituação da independência e harmonia dos poderes do Estado.

Dessa manifestação, traduzida na "Carta de Porto Alegre" concluída em 08 de outubro de 1986, deu conhecimento oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em audiência concedida aos Sereñíssimos Grão-Mestres das Grandes Lojas brasileiras, assim como a membros do Congresso Nacional e da Constituinte, após sua instalação.

Inseridos que foram no texto do anteprojeto que se elabora, tais princípios, defendidos pela Maçonaria, cumpre a esta XVI Assembléia Geral exortar aos irmãos constituintes maçons e aos demais integrantes da Assembléia Nacional, que perseverem por sua manutenção no texto definitivo da Constituição, não se jungindo a regras regimentais que os impeçam de dotar o país da Constituição que o povo e a nação brasileira anseiam.

Por isso, REAFIRMAM, sejam mantidos os princípios constitucionais que consagram:

O PARLAMENTARISMO como a mais adequada expressão do processo representativo popular para o exercício do governo da nação, compatível com as mudanças institucionais e que propiciem ao país um regime democrático estável e permanente;

A REFORMA AGRÁRIA, observados o interesse social e a improdutividade da propriedade rural como um dos instrumentos da realização da justiça social;

No PODER JUDICIÁRIO, autonomia administrativa e financeira para a boa distribuição da justiça, compatibilizando-a com as reais necessidades da Nação;

O PLANEJAMENTO FAMILIAR e o AUTO CONTROLE DA NATALIDADE devem ser mantidos como princípios inerentes dos direitos dos cidadãos, competindo-lhes, exclusivamente, seu exercício, cabendo ao Estado propiciar melhoria das condições de trabalho dos cônjuges e de habitação, saúde, educação, transporte, lazer e segurança das famílias.

E PROCLAMAM

A nação assiste estarrecida a um violento processo de recessão, que leva o setor produtivo nacional à ociosidade e a falências, provocando desempregos e a conseqüente miséria do povo, ao qual se nega, em sua imensa maioria acesso aos programas de saúde, educação, transporte, saneamento básico, alimentação e nutrição;

O país vive crise interna, sem procedentes em nossa história, resultante de indiscutível política concentracionista e de má aplicação dos recursos públicos;

A corrupção campeia desenfreada e impunemente em todos os setores da vida nacional; realizam-se obras faraônicas fora

de nossa realidade econômica; os desvios de verbas destinadas à obras essenciais e prioritárias, constituem-se em prática contumaz na administração pública; as empresas estatais são administradas sem efetivo controle externo, sujeitas ao sabor da conveniência política que leva suas administrações ao escalabro econômico com irrecuperáveis prejuízos ao país; nossas riquezas continuam a ser entregues à sanha do monopólio estrangeiro, em detrimento do povo e da nação e a ciranda inflacionária eleva-se a níveis insuportáveis.

Por isso, impõe-se à Assembleia Nacional Constituinte também, a adoção dos seguintes princípios:

QUE, se preserve os recursos naturais do país, determinando sua utilização racional em favor do povo brasileiro, impedindo a continuidade da política predatória e de aviltamento, tanto na sua exploração, quanto nos preços das relações de intercâmbio;

QUE, se estabeleça a subordinação do lucro à idéia do bem comum, de forma a permitir que a livre iniciativa coexista com a justiça social;

QUE, o uso do solo e sua ocupação se subordine a sentido social da propriedade, visando a torná-lo produtivo e a propiciar ao homem do campo vida condigna;

QUE, reconhecendo não terem sido os partidos políticos existentes instituídos livremente, e sim, jungidos a leis autoritárias, não oferecendo alternativas programáticas ao povo que, assim, se viu violentado em seus anseios de construção de uma sociedade onde a Justiça Social e o bem comum se constituam objetivos permanentes, sejam extintos, propiciando o surgimento de agremiações legítimas de representação popular.

E, FINALMENTE

QUE, tendo em vista para que o reordenamento institucional se detenha legitimidade de origem, ao promulgar-se o novo PACTO SOCIAL em elaboração, extingam-se os mandatos eletivos em todos os níveis, convocando-se eleições gerais no país, para o surgimento de uma verdadeira NOVA REPÚBLICA representativa dos mais nobres, verdadeiros e puros ideais democráticos do povo brasileiro.

São Paulo, 25 de julho de 1987.